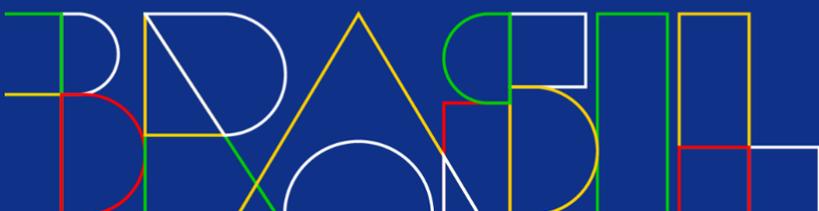


DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS 2º Trimestre de 2024

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
Administração Direta



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

MINISTRO DO TRABALHO

LUIZ MARINHO

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

FRANCISCO MACENA DA SILVA

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

ROGERIO XAVIER ROCHA

Coordenador-Geral de Contabilidade e Custos

WELINTON VITOR DOS SANTOS

Coordenadora de Contabilidade

PATRICIA DE MELO COSTA

Elaboração

Tatiane Aguiar de Oliveira

Equipe Setorial Contábil

Crislaine dos Santos Diniz

Débora Ribeiro Martins

Diego Miranda Machado Maia

Francisco Wanderley Menezes da Silva

Nina Lubiane Gomes de Souza

Raimundo Geraldo Ribeiro

Tatiane Aguiar de Oliveira

Thaise Munique Fonseca Mariz de Medeiros

Informações:

Telefone: 2031-6031

Correio eletrônico: cgcc.dafc@mte.gov.br

Sumário

I – CONTEXTO OPERACIONAL.....	5
II – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9
BALANÇO PATRIMONIAL	9
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	11
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	12
BALANÇO FINANCEIRO.....	13
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	14
III – NOTAS EXPLICATIVAS	16
BALANÇO PATRIMONIAL	21
1 - Caixa Equivalentes de Caixa.....	21
2 - Créditos de Curto e Longo Prazo.....	22
2.1 - Demais Créditos e Valores	22
3 - Imobilizado	23
3.1 Bens Móveis.....	23
3.2 Bens Imóveis	24
4 – Intangível.....	25
5 – Contas de Controle.....	26
5.1 - Convênios e Instrumentos Congêneres.....	26
5.2 Contratos em Execução	27
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	29
6.1 Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA.....	29
6.2 Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD	29
6.3 Desempenho Financeiro	29
6.4 Desempenho Não Financeiro	30
6.5 Demonstração das Variações Patrimoniais - Ajustada	30
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	32
7.1 Conciliação: Balanço Orçamentário x Demonstração dos Fluxos de Caixa	32
7.2 Restos a Pagar	32
7.3 Execução Orçamentária	34
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	35
8 - Geração Líquida de Caixa.....	35
8.1. Atividades Operacionais.....	35
8. 2 Conciliação: Demonstração dos Fluxos de Caixa x Caixa e Equivalentes de Caixa	35
BALANÇO FINANCEIRO.....	36
9 – Resultado Financeiro	36
9.1 Receitas e Despesas Orçamentárias.....	36
9.2 Transferências Financeiras – Recebidas e Concedidas	36
9.3 Pagamentos e Recebimentos Extraorçamentários.....	36
10 – PASSIVOS CONTINGENTES.....	37

LISTA DE SIGLAS e ABREVIações

BF – Balanço Financeiro
BO – Balanço Orçamentário
BP – Balanço Patrimonial
BCB - Banco Central do Brasil
CEF – Caixa Econômica Federal
CF – Constituição Federal
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CGFIN – Coordenação-Geral de Recursos Financeiros
CTU - Conta Única do Tesouro Nacional
DCON – Demonstrações Contábeis
DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa
DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
LOA – Lei orçamentária anual
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
ME – Ministério da Economia
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
MTP – Ministério do Trabalho e Previdência
NBC ASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NBC TSP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
OFSS – Orçamento Fiscal e Seguridade Social
PCASP – Plano de Contas Aplicada ao Setor Público
RP – Restos a Pagar
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SPIUNET – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SRFB – Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
UG – Unidade Gestora
VPA – Variação Patrimonial Aumentativa
VPD – Variação Patrimonial Diminutiva

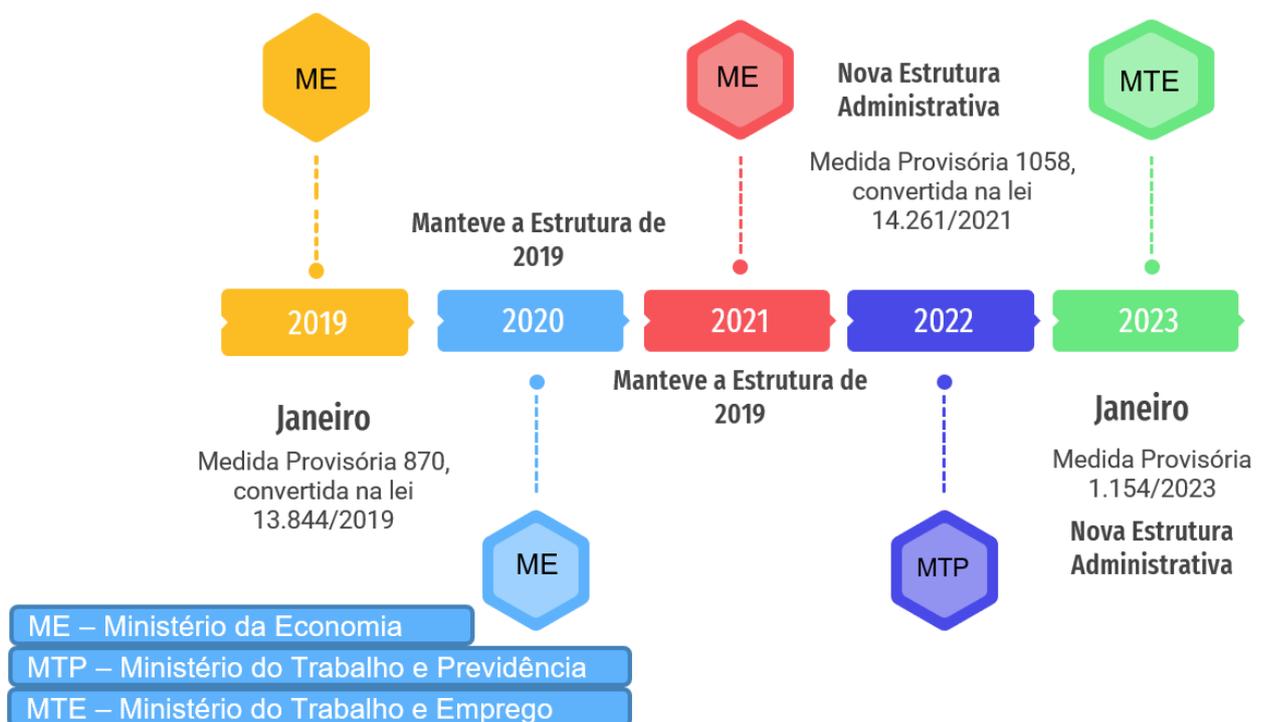
I – CONTEXTO OPERACIONAL

O Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, inscrito no CNPJ nº 23.612.685/0001-22, localizado no endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco F, CEP 70.059-900 é órgão da Administração Pública Direta do Governo Federal.

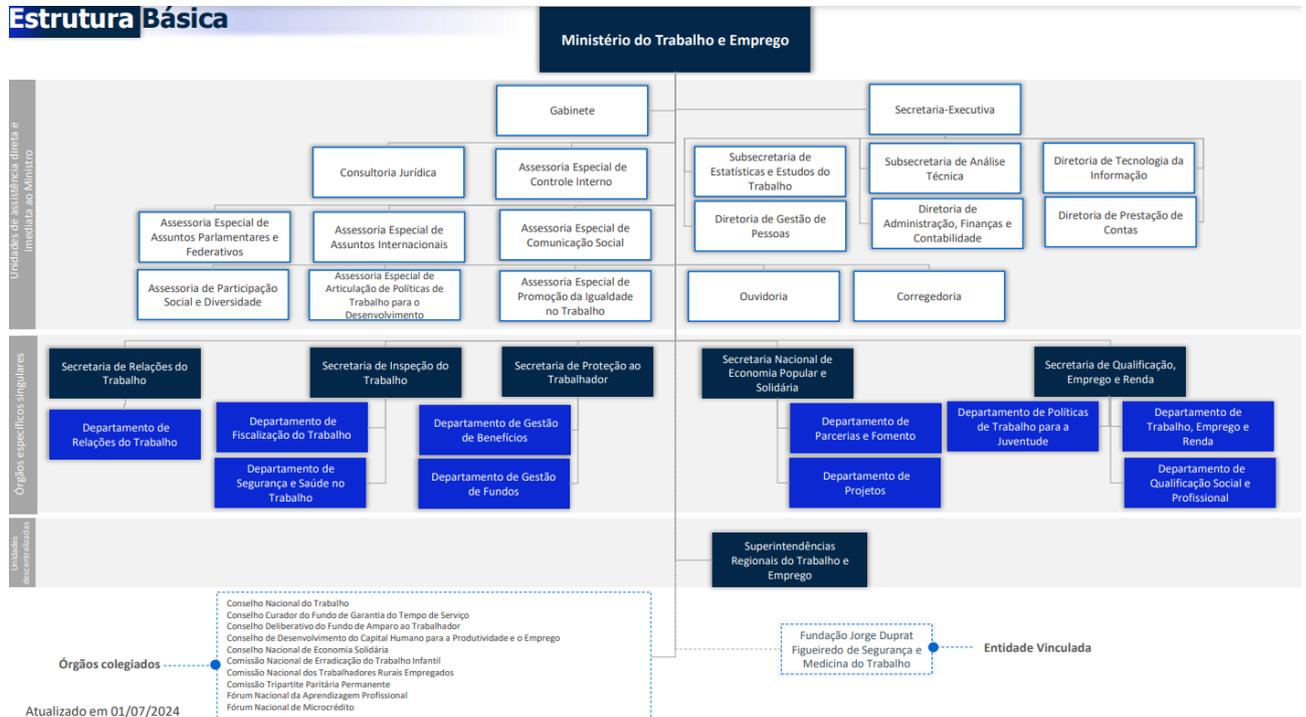
Em janeiro de 2019 o MTE foi incorporado ao Ministério da Economia, a Medida Provisória nº 870 convertida na lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019, que trata da estrutura do poder executivo da administração pública federal direta, transformou o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e o Ministério do Trabalho e Emprego no Ministério da Economia.

Outra Reforma da Organização Administrativa do Governo Federal ocorreu em 27 de julho de 2021. Por meio da Medida Provisória nº 1.058, convertida na lei nº 14.261 de 16 de dezembro de 2021, desmembrou do Ministério da Economia as pastas do Trabalho e da Previdência, criando o Ministério do Trabalho e Previdência.

A Medida Provisória nº 1.154, de janeiro de 2023, convertida na lei nº 14.600 de 19 de junho de 2023, estabeleceu a nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e seus Ministérios. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foi recriado, ocorrendo assim a cisão das pastas Trabalho e Previdência.



A figura abaixo traz a Estrutura Básica do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, regulamentada pelo Decreto nº 11.779/2023.



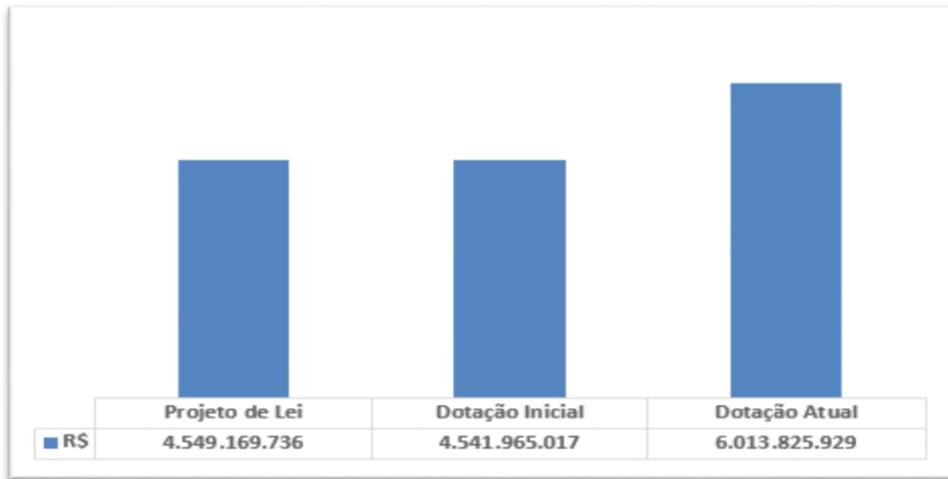
Fonte: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/organograma>

A Lei nº 14.600/2023 definiu, ainda, em seu art. 46, como área de competência do MTE:

- I. política e diretrizes para a geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador;
- II. política e diretrizes para a modernização do sistema de relações de trabalho e do sistema sindical;
- III. fiscalização do trabalho, inclusive dos trabalhos portuário e aquaviário, e aplicação das sanções por descumprimento de normas legais ou coletivas;
- IV. política salarial;
- V. intermediação de mão de obra e formação e desenvolvimento profissionais;
- VI. segurança e saúde no trabalho;
- VII. economia popular e solidária, cooperativismo e associativismo;
- VIII. carteira de trabalho, registro e regulação profissionais;
- IX. registro sindical;
- X. produção de estatísticas, de estudos e de pesquisas sobre o mundo do trabalho para subsidiar políticas públicas;
- XI. políticas de aprendizagem e de inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho, em articulação com os demais órgãos competentes;
- XII. políticas de enfrentamento às desigualdades no mundo do trabalho;
- XIII. políticas direcionadas à relação entre novas tecnologias, inovação e mudanças no mundo do trabalho, em articulação com os demais órgãos competentes;
- XIV. políticas para enfrentamento da informalidade e da precariedade no mundo do trabalho, bem como ações para mitigar a rotatividade do emprego;
- XV. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e
- XVI. Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, que aprovou o orçamento para o exercício financeiro de 2024, teve por base a estrutura administrativa vigente em 2023, os créditos aprovados foram alocados na unidade orçamentária 40101.

O gráfico abaixo demonstra os valores do PLOA, Dotação Inicial e Dotação Atual.

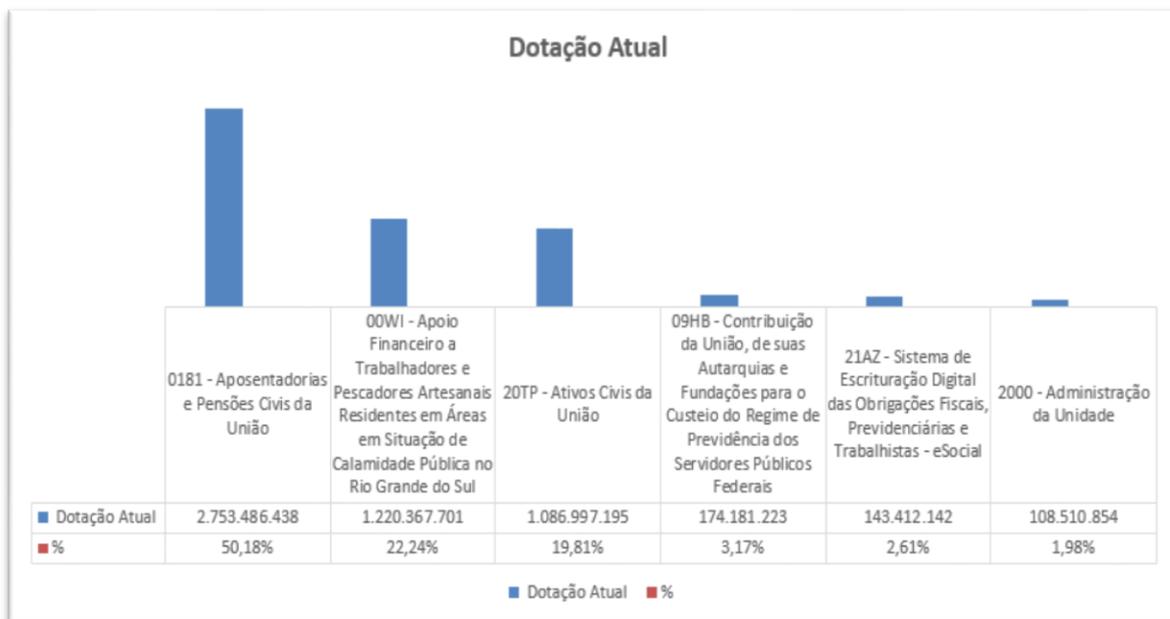


Fonte: SIOP, valores em R\$

Ainda no aspecto orçamentário, destacamos abaixo as seis maiores ações orçamentárias que representam quase 99% do total do orçamento do MTE – Administração Direta, vinculada a unidade orçamentária 40101, para o Exercício Financeiro de 2024:

- 0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União: Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus pensionistas.
- 00WI - Apoio Financeiro a Trabalhadores e Pescadores Artesanais Residentes em Áreas em Situação de Calamidade Pública no Rio Grande do Sul.
- 20TP - Ativos Civis da União: Ação voltada para Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União.
- 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
- 21AZ - Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – e-Social: Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – e-Social.
- 2000 - Administração da Unidade

A figura a seguir apresenta os valores da **dotação atual** das seis maiores ações orçamentária:



Fonte: SIOP, valores em R\$

Estas e outras informações relevantes a respeito do Ministério do Trabalho e Emprego relacionadas com suas funções, estrutura, atividades e outras notícias podem ser encontradas no site <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/>.

II – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

<i>Ativo</i>	<i>30/06/2024</i>	<i>31/12/2023</i>
Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	171.391.741	155.528.756
Créditos a Curto Prazo	427.524.460	383.980.881
Demais Créditos e Valores	427.682.987	384.139.409
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	- 158.528	158.528
Estoques	2.385.484	2.432.344
	601.301.685	541.941.981
Não Circulante		
Ativo Realizável a Longo Prazo	3.171.499	39.146
Créditos a Longo Prazo	3.171.499	39.146
Demais Créditos e Valores	180.460.710	177.328.357
(-) Ajustes para Perdas	- 177.289.212	177.289.212
Imobilizado	472.414.378	450.595.356
Intangível	107.367.517	102.841.339
	582.953.394	553.475.840
Total do Ativo	1.184.255.079	1.095.417.822
<i>Passivo</i>	<i>30/06/2024</i>	<i>31/12/2023</i>
Circulante		
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	108.045.189	88.948.780
Fornecedores e Contas a Pagar	61.891.410	4.480.443
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	7.962	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo	425.000	862.245
Provisões	-	-
Demais Obrigações	42.959.400	35.391.390
	213.328.960	129.682.859
Não Circulante		
Provisões a Longo Prazo	-	-
	-	-
Patrimônio Líquido		
Demais Reservas	14.540.770	6.660.434
Resultado do Exercício	5.121.792	367.185.169
Resultados de Exercícios Anteriores	959.074.529	588.874.388
Ajustes de Exercícios Anteriores	- 7.810.973	3.014.972
	970.926.119	965.734.963
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.184.255.079	1.095.417.822

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

<i>Saldo Patrimonial</i>	<i>30/06/2024</i>	<i>31/12/2023</i>
Ativo		
Financeiro	171.391.741	155.528.756
Permanente	1.012.863.338	939.889.065
	1.184.255.079	1.095.417.822
Passivo		
Financeiro	980.372.627	670.502.051
Permanente	38.235.838	7.126.099
	1.018.608.464	677.628.150
Saldo Patrimonial	165.646.615	417.789.672

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

<i>Ativo</i>	<i>30/06/2024</i>	<i>31/12/2023</i>
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias Recebidas	5.182.414	5.041.867
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	460.000	460.000
Total	5.642.414	5.501.867
<i>Passivo</i>	<i>30/06/2024</i>	<i>31/12/2023</i>
Atos Potenciais Passivos		
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos	498.596.228	539.224.299
Obrigações Contratuais	1.158.935.182	1.281.157.947
Total	1.657.531.410	1.820.382.246

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

<i>Destinação de Recursos</i>	<i>30/06/2024</i>
Recursos Ordinários	- 363.030.040
Recursos Vinculados	- 445.950.845
1. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)	- 247.152.156
2. Recursos Vinculados à Previdência Social (RPPS)	-
3. Dívida Pública	- 21.600.402
4. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-
5. Outros Recursos Vinculados	-
6. Fundos, Órgãos e Programas	- 177.198.287
Total	- 808.980.885

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

<i>Variação Patrimonial</i>	<i>30/06/2024</i>	<i>30/06/2023</i>
Aumentativa		
Contribuições	42.262.362	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	42.971.892	91.636
Transferências e Delegações Recebidas	52.060.770.931	138.423.643.052
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	35.943.323	16.485.040
Exploração e Venda de Bens, Serviços e	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	321.711.554	344.828.396
	52.503.660.063	138.785.048.124
Diminutiva		
Pessoal e Encargos	662.475.457	1.253.623.031
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	4.431.047	10.869.881
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital	349.670.706	542.364.546
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	27.887	7.338
Transferências e Delegações Concedidas	51.437.723.289	136.929.854.847
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.846.082	10.576.698
Tributárias	85.403	78.348
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	42.278.400	35.154
	52.498.538.271	138.747.409.844
Resultado Patrimonial do Período	5.121.792	37.638.280

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

<i>Receitas Orçamentárias</i>	<i>Previsão Inicial</i>	<i>Previsão Atualizada</i>	<i>Receitas Realizadas</i>	<i>Saldo</i>
Corrente				
Receitas de Contribuições	36.696.219	36.696.219	42.260.990	5.564.771
Receita Patrimonial	-	-	43.505	43.505
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	684.474.772	684.474.772	350.798.429	333.676.343
	721.170.991	721.170.991	393.102.924	328.068.067
Capital				
Alienação de Bens	-	-	-	-
	-	-	-	-
Subtotal de Receitas	721.170.991	721.170.991	393.102.924	328.068.067
Défict	-	-	958.164.013	958.164.013
Total	721.170.991	721.170.991	1.351.266.937	630.095.946
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	1.136.834.273	-	1.136.834.273
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	1.136.834.273	-	-

<i>Despesas Orçamentárias</i>	<i>Dotação Inicial</i>	<i>Dotação Atualizada</i>	<i>Despesas Empenhadas</i>	<i>Despesas Liquidadas</i>	<i>Despesas Pagas</i>	<i>Saldo</i>
Corrente						
Pessoal e Encargos Sociais	3.009.887.498	4.149.530.797	855.101.379	613.464.883	519.426.981	3.294.429.418
Outras Despesas Correntes	1.507.286.186	617.456.309	485.760.904	377.799.287	336.489.059	131.695.405
	4.517.173.684	4.766.987.106	1.340.862.283	991.264.170	855.916.040	3.426.124.823
Capital						
Investimentos	22.829.727	25.509.516	10.404.654	275.401	275.000	15.104.862
	22.829.727	25.509.516	10.404.654	275.401	275.000	15.104.862
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.961.606	1.961.606	-	-	-	1.961.606
Subtotal das Despesas	4.541.965.017	4.794.458.228	1.351.266.937	991.539.571	856.191.040	3.443.191.291
Total	4.541.965.017	4.794.458.228	1.351.266.937	991.539.571	856.191.040	3.443.191.291

RESTOS A PAGAR

<i>RP Não Processado</i>	<i>Tipo</i>	<i>Inscritos Ex.</i>		<i>Inscritos em 31 de Dezembro</i>			<i>Saldo</i>
		<i>Anteriores</i>	<i>do Ex. Anterior</i>	<i>Liquidados</i>	<i>Pagos</i>	<i>Cancelados</i>	
Despesas Correntes	Pessoal e Encargos	1.192.919	2.236.132	1.091.500	1.091.500	2.337.551	-
	Outras Despesas Correntes	365.477.847	145.479.598	70.102.074	46.193.560	5.983.602	458.780.283
Despesa de Capital	Subtotal	366.670.766	147.715.731	71.193.574	47.285.060	8.321.153	458.780.283
	Investimentos	12.484.946	22.992.031	18.624.595	10.117.705	12.971	25.346.301
Total	Subtotal	12.484.946	22.992.031	18.624.595	10.117.705	12.971	25.346.301
		379.155.712	170.707.762	89.818.169	57.402.765	8.334.125	484.126.584

<i>RP Processado</i>	<i>Tipo</i>	<i>Inscritos Ex.</i>		<i>Inscritos em 31 de Dezembro</i>			<i>Saldo</i>
		<i>Anteriores</i>	<i>do Ex. Anterior</i>	<i>Pagos</i>	<i>Cancelados</i>		
Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais	97.682	108.554.927	108.325.084	629	326.896	
	Outras Despesas Correntes	-	5.753.165	5.739.104	8.533	5.527	
Despesas De Capital	Investimentos	-	14.450	14.450	-	-	
Total		97.682	114.322.542	114.078.639	9.162	332.423	

BALANÇO FINANCEIRO

<i>Ingressos</i>	<i>30/06/2024</i>	<i>30/06/2023</i>
Receitas Orçamentárias		
Ordinárias	12.677.336	-
Vinculadas	372.586.800	84.368
(-) Deduções da Receita Orçamentária	7.838.788	1.448
	393.102.924	82.921
Transferências Financeiras Recebidas		
Resultantes da Execução Orçamentária	51.542.897.599	104.389.058.853
Independentes da Execução Orçamentária	505.702.343	34.025.025.367
	52.048.599.942	138.414.084.220
Recebimentos Extraorçamentários		
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	135.348.531	206.142.883
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	359.727.366	686.967.182
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.890.238	309.521.722
Outros Recebimentos Extraorçamentários	11.194.939	324.608.899
	510.161.074	1.527.240.686
Saldo do Exercício Anterior		
Caixa e Equivalentes de Caixa	155.528.756	165.007.161
	155.528.756	165.007.161
Total	53.107.392.697	140.106.414.988
Dispêndios	<i>30/06/2024</i>	<i>30/06/2023</i>
Despesas Orçamentárias		
Ordinárias	598.247.759	1.766.371.713
Vinculadas	753.019.178	625.188.030
	1.351.266.937	2.391.559.743
Transferências Financeiras Concedidas		
Resultantes da Execução Orçamentária	50.612.886.911	102.680.411.676
Independentes da Execução Orçamentária	794.382.366	34.253.182.633
	51.407.269.277	136.933.594.310
Pagamentos Extraorçamentários		
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	114.078.639	163.068.054
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	57.402.765	91.729.493
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.302.984	305.935.833
Outros Pagamentos Extraorçamentários	680.353	-
	177.464.741	560.733.380
Saldo do Exercício Seguinte		
Caixa e Equivalentes de Caixa	171.391.741	220.527.555
	171.391.741	220.527.555
Total	53.107.392.697	140.106.414.988

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

<i>Fluxos de Caixa</i>	<i>30/06/2024</i>	<i>30/06/2023</i>
Das Atividades Operacionais		
Ingressos		
Receita de Contribuições	42.260.990	-
Remuneração das Disponibilidades	43.505	82.921
Outras Receitas Derivadas e Originárias	350.798.429	-
Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	<u>52.063.172.773</u>	<u>139.047.567.862</u>
	<u>52.456.275.697</u>	<u>139.047.650.782</u>
Desembolsos		
Trabalho	- 625.856.960	- 1.085.186.403
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas	512.346	646.980
Demais Despesas	- 277.538.241	- 475.793.764
Transferências Concedidas	- 116.017.322	- 182.986.886
Outros Desembolsos Operacionais	<u>- 51.413.252.614</u>	<u>- 137.239.530.142</u>
	<u>- 52.432.152.791</u>	<u>- 138.982.850.215</u>
Das Atividades de Investimento		
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
Ingressos	<u>-</u>	<u>-</u>
Desembolsos		
Aquisição de Ativo Não Circulante	- 6.340.921	- 7.929.471
Outros Desembolsos de Investimentos	- 1.919.000	- 1.350.702
	<u>- 8.259.921</u>	<u>- 9.280.173</u>
	<u>15.862.985</u>	<u>55.520.394</u>
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	15.862.985	55.520.394
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	155.528.756	165.007.161
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	171.391.741	220.527.555

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

<i>Transferências e Delegações</i>	<i>30/06/2024</i>	<i>30/06/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Transferências e Delegações Recebidas				
Sub-Repasse Recebido	1.155.983.288	1.539.313.765	-25%	2%
Cota Recebida	50.133.621.020	102.665.359.818	-51%	96%
Demais Transf. e Delegações Recebidas	263.524.823	184.967.789	42%	1%
Transferências Recebidas para Pgto. de RP	495.470.810	34.024.442.849	-99%	1%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	12.170.990	9.558.833	27%	0%
	52.060.770.931	138.423.643.052	-62%	100%
Transferências e Delegações Concedidas				
Sub-Repasse Concedido	1.155.983.288	1.539.528.765	-25%	2%
Movimentações de Saldos Patrimoniais	353.673.323	312.775.327	13%	1%
Transferências Concedidas para Pgto. de RP	440.413.455	33.927.312.583	-99%	1%
Repasse Concedido	49.456.864.163	101.139.361.642	-51%	96%
Demais Transf. e Delegações Concedidas	335.048	14.615.993	-98%	0%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	30.454.012	3.739.462	-914%	0%
	51.437.723.289	136.929.854.847	-62%	100%
Total	623.047.642	1.493.788.205	-58%	100%

QUADRO DE DESPESAS EXECUTADAS POR FUNÇÃO

<i>Pessoal e Demais Despesas</i>	<i>30/06/2024</i>	<i>30/06/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Administração	- 12.528.206	- 75.275.919	-83%	1%
Assistência Social	- -	- 20.217	100%	0%
Previdência Social	- 1.474.978	- 19.957.365	-93%	0%
Trabalho	- 625.856.960	- 1.085.186.403	-42%	69%
Indústria	- -	- -	0%	0%
Encargos Especiais	- 263.535.056	- 380.540.263	-31%	29%
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas	512.346	646.980	-21%	0%
Total	- 902.882.855	- 1.560.333.187	-42%	100%

Fonte: Siafi

III – NOTAS EXPLICATIVAS

1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis – Exercício Financeiro de 2024

As Demonstrações Contábeis (DCON) do MTE – Administração Direta são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- IV. Balanço Orçamentário (BO);
- V. Balanço Financeiro (BF);
- VII. Notas Explicativas.

2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste Ministério do Trabalho e Emprego, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

2.1 Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional é o Real.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o somatório dos valores em caixa e em bancos bem como equivalentes de caixa, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade registradas na Conta Única do Tesouro Nacional.

2.3 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo, relacionados com danos ao patrimônio público, créditos por irregularidade de comprovação e demais créditos administrativos. Os ajustes para perdas são reconhecidos em até doze meses da data das demonstrações contábeis. Os valores são mensurados com base no valor de custo acrescidos das atualizações monetárias e juros registrados até a data do fechamento das demonstrações contábeis em contas de resultado.

2.4 Estoques

Compreendem o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme determina o art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320/1964. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

2.5 Ativo realizável a longo prazo

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

2.6 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

2.7 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quanto tiverem vida útil definida).

2.8 Reavaliação, atualização, depreciação de bens imóveis

Os procedimentos para registro da atualização, reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN, na Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014 e no Manual de Avaliação de Imóveis do Patrimônio da União.

2.8.1 Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais:

- Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; e
- Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

2.8.2 Redução ao Valor Recuperável

A entidade avalia se há qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, caso haja indício, deverá realizar testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual Siafi, especificamente na Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, disponível no sítio do Tesouro Nacional.

Conforme descrito no item 3.1 da Macrofunção supracitada, no momento da adoção, por se tratar de uma mudança no critério contábil, a perda por não recuperabilidade será reconhecida como ajustes de exercícios anteriores, impactando diretamente o patrimônio líquido. Após a adoção inicial, a perda por não recuperabilidade do ativo será reconhecida no resultado patrimonial, podendo ter como contrapartida o bem ou uma conta retificadora. Depois do reconhecimento de uma perda por não recuperabilidade, a variação patrimonial diminutiva de depreciação, amortização ou exaustão do ativo será ajustada para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual.

2.8.3 Depreciação, Amortização e Exaustão

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado ou do intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis objeto da Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014, que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e seguem critérios específicos tratados no tópico seguinte.

Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Entretanto, conforme item 6.10 da Macrofunção 020330, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

2.8.3.1 Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

2.9 Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos apresentam a seguinte divisão:

- I. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- II. Fornecedores e contas a pagar;
- III. Provisões; e
- IV. Demais obrigações.

2.9.1 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

2.10 Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- a) Patrimonial;
- b) Orçamentário; e
- c) Financeiro.

2.10.1 Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

2.10.2 Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

2.10.3 Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

BALANÇO PATRIMONIAL

1 - Caixa Equivalentes de Caixa

O subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa são os recursos para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato, sendo composto pelo somatório dos valores do limite de saque da Conta Única da União para atender a despesas com vinculação de pagamento das unidades gestoras do MTE.

<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	<i>30/06/2024</i>	<i>31/12/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Caixa	170.519.993	154.700.668	10%	99%
Bancos	871.748	828.088	5%	1%
Total	171.391.741	155.528.756	10%	100%

Fonte: Siafi

O caixa é composto pelos recursos disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional (Limite de Saque) para pagamento de despesas correntes e de capital.

Os bancos são compostos pelos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional (CTU) depositados no Banco Central do Brasil (BCB).

<i>Caixa</i>	<i>30/06/2024</i>	<i>31/12/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Limite de Saque	170.519.993	154.700.668	10%	100%
Total	170.519.993	154.700.668	10%	100%

Fonte: Siafi

Os bancos são compostos pelos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional (CTU) depositados no Banco Central do Brasil (BCB).

<i>Bancos</i>	<i>30/06/2024</i>	<i>31/12/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Tesouro Nacional	871.748	828.088	5%	100%
Total	871.748	828.088	5%	100%

Fonte: Siafi

2 - Créditos de Curto e Longo Prazo

2.1 - Demais Créditos e Valores

Os Demais Créditos e Valores compreendem os valores a receber pelas demais transações (que não se enquadram nos outros grupos de contas classificados nos créditos a receber realizáveis no curto e longo prazo).

<i>Demais Créditos e Valores</i>	<i>30/06/2024</i>	<i>31/12/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Créditos por Dano ao Patrimônio	156.357	158.528	-1%	0,04%
Recursos da União	147.173.941	147.171.096	0%	34,41%
Outros Créditos e Valores	280.352.690	236.809.785	18%	65,55%
Subtotal	427.682.987	384.139.409	11%	100,00%
(-) Ajuste para Perdas	- 158.528	- 158.528	0%	-0,04%
Total	427.524.460	383.980.881	11%	100,00%

Fonte: Siafi

2.1.1 Créditos por Dano ao Patrimônio

Créditos por Dano ao Patrimônio são valores referentes à TCE instauradas pelo MTE, contra responsáveis pela gestão dos recursos públicos que foram encaminhadas ao TCU e julgados como irregulares, sendo classificados na conta de ativo a curto e longo prazo, conforme Macrofunção 02.11.38 STN. O montante registrado em Contas a Receber esta mensurado por seu valor atualizado de realização, através do Sistema de Atualização de Débito disponibilizado no portal do TCU.

<i>Créditos por Dano ao Patrimônio</i>	<i>30/06/2024</i>	<i>31/12/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Falta ou Irregularidade de Comprovação	178.234.584	175.104.401	2%	99%
Pagamentos Indevidos	124.922	124.922	0%	0%
Demais	2.257.562	2.257.562	0%	1%
Subtotal	180.617.067	177.486.885	2%	100%
(-) Ajuste para Perdas	- 177.447.739	- 177.447.739	0%	-98%
Total	3.169.328	39.146	7996%	2%

Fonte: Siafi

A atualização dos valores já contabilizados é realizada uma vez a cada exercício, no mês de dezembro.

3 - Imobilizado

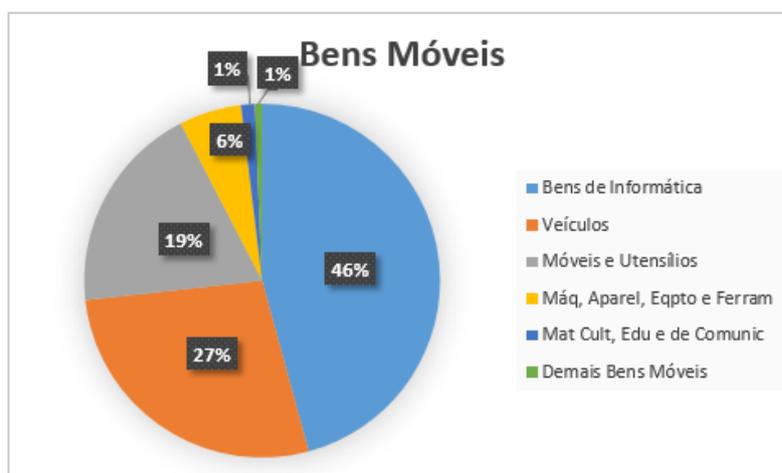
O Imobilizado está segregado em dois grupos: bens móveis e bens imóveis.

3.1 Bens Móveis

Os bens móveis do MTE estão distribuídos nas Superintendências Regionais e cada Superintendência possui autonomia administrativa. Para o efetivo controle dos estoques de materiais e bens patrimoniais existe a recomendação de utilização do Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS.

<i>Bens Móveis</i>	<i>Bens de Informática</i>	<i>Veículos</i>	<i>Móveis e Utensílios</i>	<i>Máq, Aparel, Eqpto e Ferram</i>	<i>Mat Cult, Edu e de Comunic</i>	<i>Demais Bens Móveis</i>	<i>Total</i>
Custo							
Saldo Inicial	117.019.941	67.627.287	50.068.933	15.151.538	3.327.496	1.804.034	254.999.229
Adição	7.414.840	7.516.098	2.411.865	239.256	28.725	239.976	17.370.808
Baixa	- 609.475	- 489.684	- 327.202	- 48.714	- 20.064	- 715	- 1.495.854
Reavaliação	-	23.272	29.201	23.150	-	-	29.079
Transferência	1.126	- 433.777	- 199.362	5.147	400	242.216	395.344
Saldo Final	123.826.431	74.243.195	51.925.032	15.313.783	3.335.757	1.805.560	270.449.758
(-) Depreciação							
Saldo Inicial	- 13.669.345	- 6.295.190	- 7.805.670	- 2.506.735	- 605.577	- 166.202	- 31.048.718
Depreciação	- 730.097	- 477.454	- 264.148	- 24.959	- 16.865	- 283	- 1.513.804
Baixa	1.284.830	870.545	52.750	432.218	367	233	2.640.943
Transferência	-	-	6.132	794	-	-	6.925
Redução ao valor recup de imobilizado-m	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	- 13.114.611	- 5.902.099	- 8.023.200	- 2.100.269	- 622.075	- 166.252	- 29.928.505
Saldo em 31/12/2023	103.350.596	61.332.097	42.263.262	12.644.803	2.721.919	1.637.832	223.950.510
Saldo em 30/06/2024	110.711.820	68.341.096	43.901.832		2.713.682	1.639.308	240.521.253

Fonte: Siafi



Fonte: Siafi

Os valores constantes neste gráfico não contêm os ajustes referentes a depreciação/amortização/redução ao valor recuperável.

Cabe destacar que nem todos os bens do MTE estão registrados no SIADS e algumas unidades gestoras realizam a depreciação dos bens móveis, utilizando-se de sistemas patrimoniais não

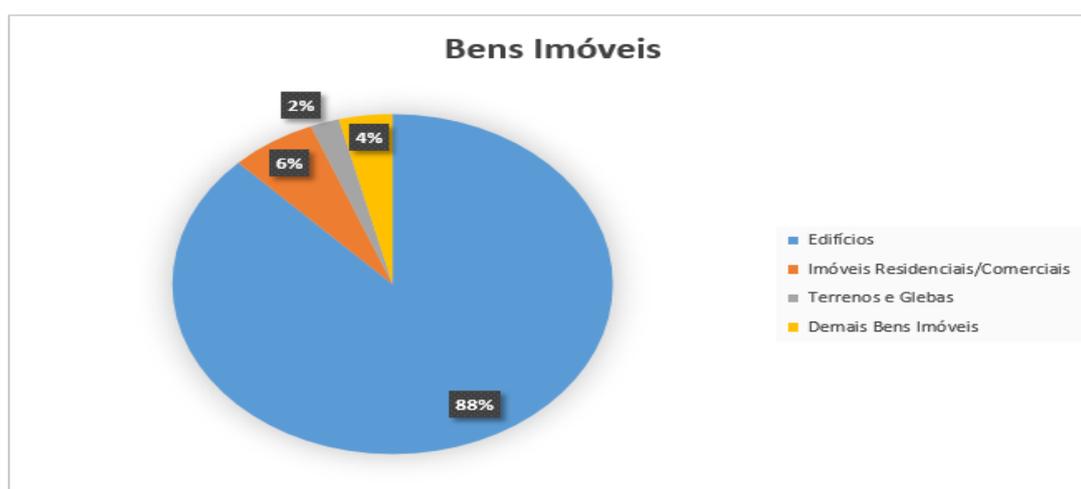
institucionalizados, pelo método das cotas constantes, com base na tabela de vida útil e de valor residual constante na Macrofunção 020330 - Depreciação, Amortização e Exaustão.

3.2 Bens Imóveis

Os bens imóveis do MTE estão distribuídos nas Superintendências Regionais e cada Superintendência possui autonomia administrativa. Para o efetivo controle dos bens existe a recomendação de utilização do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet).

<i>Bens Imóveis</i>	<i>Imóveis</i>				<i>Total</i>
	<i>Edifícios</i>	<i>Residenciais/Comerciais</i>	<i>Terrenos e Glebas</i>	<i>Demais Bens Imóveis</i>	
Custo					
Saldo Inicial	199.355.047	15.716.896	2.977.586	10.655.458	228.704.987
Adição	-	-	-	-	-
Baixa	-	-	-	-	-
Reavaliação	5.960.336	-	1.920.000	-	7.880.336
Transferência	- 2.038.435	- 1.107.304	-	760.813	- 2.384.926
Saldo Final	203.276.949	14.609.592	4.897.586	11.416.271	234.200.398
(-) Depreciação					
Saldo Inicial	-	-	-	2.060.142	2.060.142
Depreciação	-	-	-	363.484	363.484
Baixa	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	116.353	116.353
Saldo Final	-	-	-	2.307.273	2.307.273
Saldo em 31/12/2023	199.355.047	15.716.896	2.977.586	8.595.316	226.644.846
Saldo em 30/06/2024	203.276.949	14.609.592	4.897.586	9.108.998	231.893.125

Fonte: Siafi



Fonte: Siafi

4 – Intangível

O Intangível compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

<i>Intangível</i>	<i>Softwares</i>	<i>Softwares em Fase de Desenvolvimento</i>	<i>Total</i>
Vida Útil Definida			
Saldo Inicial	52.300.537	163.586	52.464.122
Adição	4.526.178	-	4.526.178
Baixa	-	-	-
Transferência	-	-	-
Saldo Final	56.826.715	163.586	56.990.301
Vida Útil Indefinida			
Saldo Inicial	20.759.134	29.618.082	50.377.217
Adição	-	-	-
Baixa	-	-	-
Transferência	-	-	-
Saldo Final	20.759.134	29.618.082	50.377.217
(-) Amortização			
Saldo Inicial	-	-	-
Amortização	-	-	-
Baixa	-	-	-
Transferência	-	-	-
Saldo Final	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	73.059.671	29.781.668	102.841.339
Saldo em 30/06/2024	77.585.850	29.781.668	107.367.517

Fonte: Siafi

5 – Contas de Controle

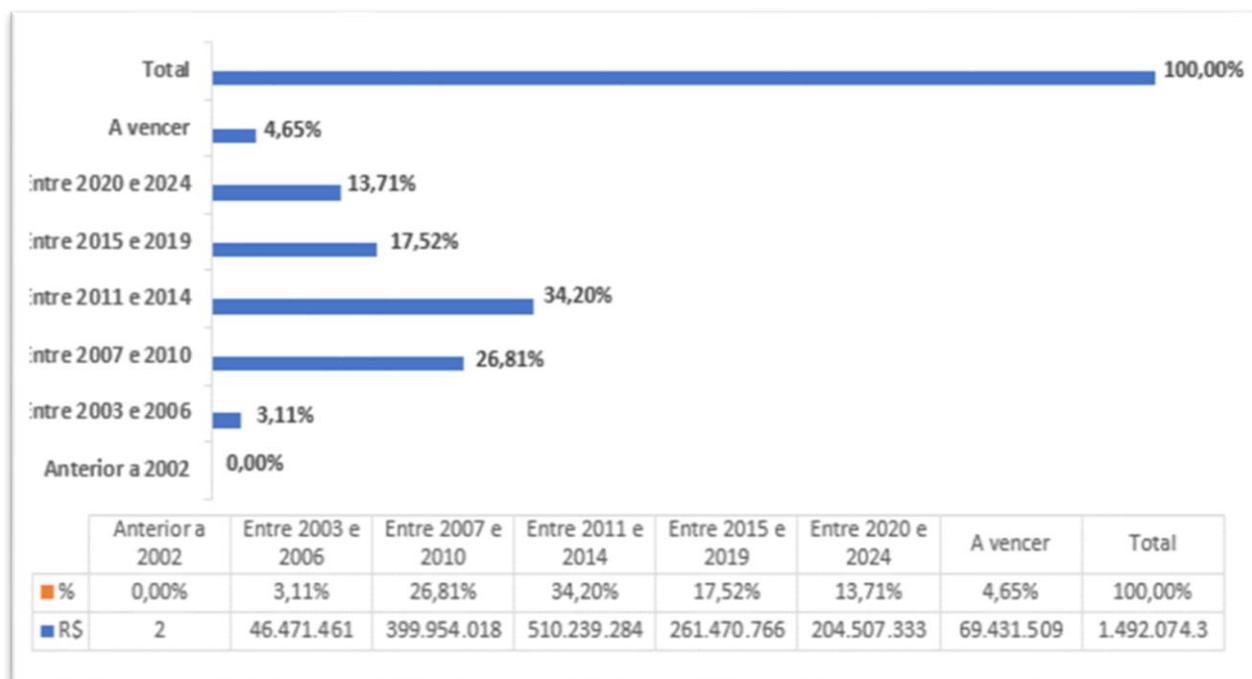
<i>Controle</i>	<i>30/06/2024</i>	<i>31/12/2023</i>	<i>AH%</i>
Execução dos Atos Potenciais			
Atos Potenciais Passivos			
Convênios e Instrumentos Congêneres	1.492.074.373	1.517.926.494	98%
Contratos em Execução	1.158.935.182	1.281.157.947	90%
Controle de Responsabilidade P/ Valores, títulos e Bens			
Responsabilidade de Terceiros	565.146	565.146	100%
Responsabilidade com Terceiros	63.184	63.184	100%
Diversos Responsáveis	476.104.912	469.835.230	101%

Fonte: Siafi

5.1 - Convênios e Instrumentos Congêneres

Compreende a execução dos valores de convênios e outros instrumentos congêneres para saída de recursos firmado com outras entidades com a finalidade atingir objetivos comuns. Abaixo é apresentado o “estoque de prestação de contas” do MTE:

Estoque de Prestação de Contas de Convênios e Congêneres



Fonte: Siafi

5.2 Contratos em Execução

Compreende o registro da execução dos valores de obrigações contratuais, quando a administração pública participa como contratante.

<u>Contratos de serviços em Execução</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>AH%</u>	<u>AV%</u>
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	935.671.041	1.002.804.546	-7%	81%
BANCO DO BRASIL SA	48.816.749	53.554.344,54	-9%	4%
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMACOES DA PREVIDENCIA - DA	34.415.791	67.772.374,64	-49%	3%
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	20.260.845	5.991.181,55	238%	2%
LINUXELL INFORMATICA E SERVICOS LTDA	16.883.771	17.905.725,60	-6%	1%
TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS S/A	15.915.711	28.230.791,08	-44%	1%
G&E SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA	11.723.627	14.492.919,30	-19%	1%
STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A.	10.778.654	13.854.257,40	-22%	1%
DF TURISMO E EVENTOS LTDA	9.418.403	12.631.448,77	-25%	1%
SOLUCAO SERVICOS COMERCIO E CONSTRUCAO LTDA	5.618.590	10.558.843,67	-47%	0%
SEAL TELECOM COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LT	5.448.000	5.448.000,00	0%	0%
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONOMICAS FIPE	4.402.910	100.803,14	4268%	0%
BARCELO EVENTOS LTDA	3.837.956	3.947.145,00	-3%	0%
SOS TECNOLOGIA E GESTAO DA INFORMACAO LTDA	3.126.491	3.385.848,33	-8%	0%
IVORY IT SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	2.987.876	3.033.694,47	-2%	0%
EUROSEG VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	2.883.218	5.367.524,76	-46%	0%
TRDT BRASIL TECNOLOGIA LTDA	2.747.167	4.767.840,24	-42%	0%
G4F SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA	2.280.309	313.354,71	628%	0%
ALGAR TI CONSULTORIA S/A	2.057.579	2.057.579,34	0%	0%
CONSTRUMATOS SERVICOS LTDA	2.005.955	2.798.549,83	-28%	0%
GREEN4T SOLUCOES TI SA	1.476.657	1.476.656,78	0%	0%
RR GUILHERME AUTOMOVEIS LTDA	1.376.196	636.927,80	116%	0%
LAQUARELY GRAFICA E EDITORA LTDA	1.330.993	-	100%	0%
NARA VEICULOS LTDA	1.314.929	1.327.079,00	-1%	0%
BS TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL	1.048.792	1.416.209,76	-26%	0%
DIVERSOS	5.949.724	4.122.039	44%	1%
Total	1.153.777.933	1.267.995.684	-0	1

Fonte: Siafi

<u>Contratos de Fornecedores de Bens em Execução</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>AH%</u>	<u>AV%</u>
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.	3.571.320	10.411.474	34%	80%
DENTECK LTDA	571.050	571.050	100%	13%
NARA VEICULOS LTDA	239.313	294.168	81%	5%
FORNECE COMERCIO & SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA	0	109.400	0%	0%
SARKAR TACTICAL BRASIL LTDA	48.000	48.000	100%	1%
RR GUILHERME AUTOMOVEIS LTDA	37.309	4.245	879%	1%
MULTILASER INDUSTRIAL S.A.	12.971	12.971	100%	0%
ROTA 406 COMBUSTIVEIS LTDA	8.376	19.649	43%	0%
Diversos		328.500	0%	0%
Total	4.488.339	11.799.457		

Fonte: Siafi

5.3 - Diversos Responsáveis

Esse grupo de contas registra as responsabilidades apuradas decorrentes de atos praticados por gestores, servidores ou terceiros que possam resultar em prejuízos para a fazenda nacional. Representa os valores cujo processo de tomada de contas especial foi encerrado, porém não apreciados e julgados pelo TCU.

<i>Diversos Responsáveis</i>	<i>30/06/2024</i>	<i>31/12/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Falta ou Irregularidade de Comprovação	474.480.720	468.211.038	1%	100%
Pagamentos Indevidos	1.564.074	-	100%	0%
Desfalques ou Desvios	-	-	0%	0%
Responsáveis Por Danos Ou Perdas	60.118	-	100%	0%
Outros	-	-	0%	0%
Total	476.104.912	468.211.038	2%	100%

Fonte: Siafi

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). O resultado patrimonial apurado no 2º trimestre de 2024 foi **superavitário** conforme demonstrado na tabela abaixo.

<i>Resultado Patrimonial do Período</i>	<i>30/06/2024</i>	<i>30/06/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Variação Patrimonial Aumentativa	52.503.660.063	138.785.048.124	-62%	1025103,29%
Variação Patrimonial Diminutiva	- 52.498.538.271	- 138.747.409.844	-62%	-1025003,29%
Total	5.121.792	37.638.280	-86%	100,00%

Fonte: Siafi

6.1 Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA

As variações patrimoniais aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o MTE e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

6.2 Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD

As variações patrimoniais diminutivas - VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o MTE, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

6.3 Desempenho Financeiro

A tabela abaixo compara o Resultado Financeiro (confronto entre as VPA financeiras e VPD financeiras), com o mesmo período do exercício anterior.

<i>Desempenho Financeiro</i>	<i>31/03/2024</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras				
Juros e Encargos de Mora	20.835.241	106	19691083%	99,89%
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	22.534	42.605	-47%	80,80%
	20.857.775	42.711	48735%	74794,01%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras				
Juros e Encargos de Mora	-	-	0%	0,00%
Outras Variações Patrimoniais	27.887	-		
	27.887	-	100%	100,00%
Total	20.829.888	42.711	48669%	74894,01%

Fonte: Siafi

6.4 Desempenho Não Financeiro

Na tabela a seguir, é apresentado o resultado da DVP, expurgando-se os efeitos da VPA financeira e VPD financeira.

<i>Desempenho Não Financeiro</i>	<i>30/06/2024</i>	<i>30/06/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Aumentativa				
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	35.943.323	16.485.040	118%	6%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e	-	-	0%	0%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	321.711.554	344.828.396	-7%	55%
	357.654.877	361.313.436	-1%	61%
Diminutiva				
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	4.431.047	10.869.881	-59%	1%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital	349.670.706	542.364.546	-36%	60%
Transferências e Delegações Líquidas	- 623.047.642	- 1.493.788.205	-58%	-107%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.846.082	10.576.698	-83%	0%
Tributárias	85.403	78.348	9%	0%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	42.278.400	35.154	120166%	7%
	- 224.736.004	- 929.863.578	-76%	-39%
Total	582.390.881	1.291.177.013	-55%	23%

Fonte: Siafi

6.5 Demonstração das Variações Patrimoniais - Ajustada

Visando qualificar as informações constantes na Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP foi evidenciado, no demonstrativo a seguir, a exclusão dos valores oriundos de transações realizadas intragrupo. Esses valores, por representarem transações financeiras ocorridas entre unidades gestoras do próprio MTE, não alteram o Patrimônio Líquido do fundo.

<i>Variação Patrimonial</i>	<i>30/06/2024</i>	<i>30/06/2023</i>
Aumentativa		
Contribuições	42.262.362	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	42.971.892	91.636
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	35.943.323	16.485.040
Transferências e Delegações Líquidas	623.047.642	1.493.788.205
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	321.711.554	344.828.396
	1.065.936.774	1.855.193.277
Diminutiva		
Pessoal e Encargos	662.475.457	1.253.623.031
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	4.431.047	10.869.881
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital	349.670.706	542.364.546
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	27.887	7.338
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.846.082	10.576.698
Tributárias	85.403	78.348
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	42.278.400	35.154
	1.060.814.982	1.817.554.997
Total	5.121.792	37.638.280

Fonte: Siafi

As exclusões efetuadas na DVP referem-se aos saldos originalmente registrados nos grupos “Transferências e Delegações Recebidas” e “Transferências e Delegações Concedidas”.

Os valores das Transferências e Delegações estão relacionados majoritariamente as movimentações financeiras efetuadas entre Unidades Gestoras do MTE. Essa rubrica está segregada da seguinte forma:

<i>Transferências e Delegações</i>	<i>30/06/2024</i>	<i>30/06/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Transferências e Delegações Recebidas				
Sub-Repasse Recebido	1.155.983.288	1.539.313.765	-25%	2%
Cota Recebida	50.133.621.020	102.665.359.818	-51%	96%
Demais Transf. e Delegações Recebidas	263.524.823	184.967.789	42%	1%
Transferências Recebidas para Pgto. de RP	495.470.810	34.024.442.849	-99%	1%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	12.170.990	9.558.833	27%	0%
	52.060.770.931	138.423.643.052	-62%	100%
Transferências e Delegações Concedidas				
Sub-Repasse Concedido	1.155.983.288	1.539.528.765	-25%	2%
Movimentações de Saldos Patrimoniais	353.673.323	312.775.327	13%	1%
Transferências Concedidas para Pgto. de RP	440.413.455	33.927.312.583	-99%	1%
Repasse Concedido	49.456.864.163	101.139.361.642	-51%	96%
Demais Transf. e Delegações Concedidas	335.048	14.615.993	-98%	0%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	30.454.012	3.739.462	-914%	0%
	51.437.723.289	136.929.854.847	-62%	100%
Total	623.047.642	1.493.788.205	-58%	100%

Fonte: Siafi

A) Transferências e Delegações Recebidas

- I. Cota Recebida: Registra o valor dos recursos recebidos pela administração direta decorrentes da programação financeira correspondente ao orçamento anual.
- II. Sub-repasse Recebido: Registra o valor dos sub-repasses recebidos no exercício, decorrentes de transferências entre Unidades Gestoras do mesmo órgão, correspondente ao orçamento anual.
- III. Transferências Recebidas para Pagamento de RP: Registra os valores recebidos para o pagamento de Restos a Pagar.

B) Transferências e Delegações Concedidas

- I. Repasse Concedido: Registra a variação patrimonial diminutiva relativa ao valor dos recursos concedidos a título de transferências financeiras entre órgãos diferentes da administração direta ou indireta, correspondentes ao orçamento anual.
- II. Movimentações de Saldos Patrimoniais: Registra os bens e valores concedidos decorrentes de transferências para outra UG.
- III. Sub-repasse Concedido: Registra a variação patrimonial diminutiva relativa ao valor total dos sub-repasses concedidos por transferências financeiras entre UG de um mesmo órgão.
- IV. Transferências Concedidas para Pagamento de RP: Registra os valores das ordens de transferências concedidas para o pagamento de RP.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

7.1 Conciliação: Balanço Orçamentário x Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em atenção ao padrão de apresentação de informações do Balanço Orçamentário - BO constante no item 2.3 do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, apresenta-se a seguir a conciliação do BO com os valores dos fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apresentados na Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC.

<i>Demonstrativo</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>30/06/2024</i>	<i>30/06/2023</i>
DFC Atividades Operacionais - Ingressos	Remuneração das Disponibilidades	43.505	82.921
	Transferências Recebidas	-	-
	Subtotal	43.505	82.921
Balanço Orçamento - Receitas Correntes	Receita Patrimonial	43.505	82.921
	Transferências Correntes	-	-
	Subtotal	43.505	82.921
Diferença		-	-
<i>Demonstrativo</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>30/06/2024</i>	<i>30/06/2023</i>
DFC Atividades Operacionais - Desembolsos	Trabalho	625.856.960	1.085.186.403
	Demais Despesas	277.538.241	475.793.764
	Transferências Concedidas	116.017.322	182.986.886
	Subtotal	1.019.412.523	1.743.967.053
DFC Atividades Investimento - Desembolsos	Aquisição de Ativo Não Circulante	6.340.921	7.929.471
	Outros Desembolsos de Investimentos	1.919.000	1.350.702
	Subtotal	8.259.921	9.280.173
Balanço Orçamento - Despesas Correntes	Despesas Correntes	1.017.265.289	1.743.875.053
	Subtotal	1.017.265.289	1.743.875.053
Balanço Orçamento - Despesas Capital	Outras Despesas Correntes	10.407.155	9.372.173
	Subtotal	10.407.155	9.372.173

Fonte: Siafi

7.2 Restos a Pagar

O quadro da execução dos Restos a Pagar compõe o Balanço Orçamentário, conforme descrição abaixo:

<i>Restos a Pagar</i>	<i>Inscritos e</i>		<i>Pagos</i>	<i>A Pagar</i>
	<i>Reinscritos</i>	<i>Cancelados</i>		
Não Processados	549.863.474	8.334.125	57.402.765	484.126.584
Processados	114.420.224	9.162	114.078.639	332.423
Total	664.283.698	8.343.287	171.481.404	484.459.008

Fonte: Siafi

A tabela a seguir apresenta os Restos a Pagar Não Processados detalhados por Ação de Governo:

<i>Restos a Pagar Não Processados</i>	<i>Reinscritos</i>	<i>Inscritos</i>	<i>Liquidados</i>	<i>Pagos</i>	<i>Cancelados</i>	<i>Saldo</i>
Outras Despesas Correntes						
GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO	407.868	2.002.166	576.805	576.532	3.655	1.829.847
AUXILIO EXTRAORDINARIO DESTINADO A PESCADORES E PESCADORAS	-	28.346.640	-	-	-	28.346.640
AUXILIO FINANCEIRO A ENTIDADES QUE ATUAM NAS AREAS DE EMPRE	-	84.686	4.249	4.249	-	80.436
GESTAO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO - SINE	-	15.011.824	897.959	897.959	-	14.113.865
ESTUDOS, PESQUISAS E GERACAO DE INFORMACOES SOBRE TRABALHC	-	440.340	10.928	10.928	-	429.412
QUALIFICACAO SOCIAL E PROFISSIONAL DE TRABALHADORES	-	102.767	-	-	-	102.767
FOMENTO A INCLUSAO PRODUTIVA	-	16.449	6.553	6.553	-	9.896
GESTAO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT	30.583.987	17.304.046	12.956.108	12.313.309	4.288.839	31.251.981
ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	220	1.440.860	1.054.407	987.718	-	453.362
FISCALIZAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E INSPEÇÃO EM SEG.	115.852.122	-	-	-	-	115.852.122
BENEFÍCIO EMERGENCIAL DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO E DA REND)	-	350.848	2.876	2.876	-	326.913
DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E FOMENTO DOS REGIMES DE	-	797.435	-	-	497.399	300.035
CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES - CBO	11.607.477	42.197.905	38.219.555	15.029.997	199	38.608.441
CADASTROS PÚBLICOS E SISTEMAS DE INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES DE TRA	7.036.797	2.379.894	918.512	909.552	-	8.507.139
REMUNERAÇÃO DE AGENTES FINANCEIROS	102.027.301	-	-	-	-	102.027.301
PAGAMENTO DE AUXILIO AOS TRANSPORTADORES AUTONOMOS DE C	96.899.637	-	-	-	-	96.899.637
PAGAMENTO DE AUXILIO AOS MOTORISTAS DE TAXI (EMENDA CONSTI	519.101	430.764	241.830	241.830	708.035	-
ATIVOS CIVIS DA UNIAO	223.419	143.713	22.744	22.744	344.388	-
BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	-	1.000.704	627.969	627.969	65.248	307.486
CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL - INSTITUTO AERUS DE SEGURI	250.000	33.323.345	14.526.795	14.526.795	75.839	18.970.712
FOMENTO E FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDARIA, ASSOCIATIVI	97.399	299.439	34.783	34.548	-	362.290
FOMENTO PARA A ORGANIZACAO E O DESENVOLVIMENTO DE EMPREE	365.505.329	145.673.825	70.102.074	46.193.560	5.983.602	458.780.283
TOTAL	365.505.329	145.673.825	70.102.074	46.193.560	5.983.602	458.780.283

Fonte: Siafi

A tabela a seguir apresenta os Restos a Pagar Processados detalhados por Ação de Governo:

<i>Restos a Pagar Processados</i>	<i>Reinscritos</i>	<i>Inscritos</i>	<i>Pagos</i>	<i>Cancelados</i>	<i>Saldo</i>
Outras Despesas Correntes					
Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança	-	7.867	682	7.172	14
ESTUDOS, PESQUISAS E GERACAO DE INFORMACOES SOBRE TRABALHO,	-	612.245	612.245	-	-
FOMENTO E FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDARIA, ASSOCIATIVIS	-	250.000	250.000	-	-
FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS	-	2.039	678	1.361	-
Ativos Cívicos da União	-	-	-	-	-
INDENIZACAO A SERVIDORES EM EXERCICIO EM LOCALIDADES DE FRON	-	132.360	132.360	-	-
APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	-	-	-	-	-
ADMINISTRACAO DA UNIDADE	-	260.078	259.072	-	1.006
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	-	525.649	525.649	-	-
BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	-	3.958.166	3.958.166	-	-
GESTAO DAS POLITICAS DE PREVIDENCIA E TRABALHO	-	4.761	254	-	4.508
TOTAL	-	5.753.165	5.739.104	8.533	5.527

Fonte: Siafi

7.3 Execução Orçamentária

Ação	Dotação Atual	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
0A26 - Concessão de Auxílio-Financeiro	3.377.006	-	-	-
00OM - Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013)	1.992.900	1.035.000	754.834	754.834
00S6 - Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012	260.000	-	-	-
00WI - Apoio Financeiro a Trabalhadores e Pescadores Artesanais Residentes em Áreas em Situação de Calamidade Pública no Rio Grande do Sul	1.220.367.701	117.216.337	114.199.736	114.199.736
0Z00 - Reserva de Contingência - Financeira	1.961.606	-	-	-
2A95 - Qualificação Social e Profissional – Projovem Trabalhador	8.968.310	6.772.930	3.793.239	3.793.239
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	174.181.223	107.355.993	80.138.219	80.138.219
20TP - Ativos Cíveis da União	1.086.997.195	703.252.928	499.209.612	483.295.050
20YU - Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho	32.253.283	28.353.145	10.407.198	8.717.878
20YV - Democratização das Relações de Trabalho	851.505	425.665	29.170	21.822
21AX - Gestão das Políticas de Trabalho	41.349.271	19.842.266	16.317.334	16.015.825
21AZ - Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial	143.412.142	46.190.675	542.048	346.835
21BW - Bônus de Eficiência e Produtividade de Servidores Inativos e Pensionistas da União	64.843.965	61.096.548	32.283.314	32.283.314
21BX - Bônus de Eficiência e Produtividade de Servidores Ativos da União	69.761.976	45.260.000	33.948.000	33.947.605
162G - Exercício da Presidência do G20 pelo Brasil	6.257.552	4.641.062	67.319	67.319
0181 - Aposentadorias e Pensões Cíveis da União	2.753.486.438	1.554.611.899	1.377.118.406	1.377.118.406
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	63.676.165	46.135.409	29.467.199	29.461.217
215F - Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo	48.084.784	37.205.528	21.447.219	21.428.716
216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	1.739.703	947.000	693.634	693.634
0643 - Complemento da Atualização Monetária dos Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Lei Complementar nº 110, de 2001)	52.423.171	52.423.171	42.257.788	42.257.788
2000 - Administração da Unidade	108.510.854	75.592.095	25.460.399	22.911.375
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	28.595.112	15.437.590	11.795.067	11.792.704
4815 - Funcionamento das Unidades Descentralizadas	100.474.067	54.119.104	43.116.133	41.239.553
Total Geral	6.013.825.929	2.977.914.345	2.343.045.867	2.320.485.069

Fonte: Siop, valores em R\$.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

8 - Geração Líquida de Caixa

As informações dos fluxos de caixa permitem avaliar como o MTE obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao Resultado Financeiro apurado no Balanço Financeiro.

<i>Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	<i>30/06/2024</i>	<i>30/06/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Atividades Operacionais	24.122.906	64.800.567	-63%	152%
Atividades de Investimento	- 8.259.921	- 9.280.173	-11%	-52%
Total	15.862.985	55.520.394	-71%	100%

Fonte: Siafi

8.1. Atividades Operacionais

A variação observada no grupo de Atividade Operacionais decorre dos valores das Transferências e Delegações relacionadas majoritariamente as movimentações financeiras efetuadas entre Unidades Gestoras e Órgãos do MTE.

8.2 Conciliação: Demonstração dos Fluxos de Caixa x Caixa e Equivalentes de Caixa

Em atenção a regulamentação da divulgação de informações da Demonstração de Fluxos de Caixa – DFC, constante no item 6.3 do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, apresentamos a seguir a conciliação do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa apresentado na DFC com o valor apresentado no Balanço Patrimonial.

<i>Demonstrativo</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>30/06/2024</i>	<i>30/06/2023</i>
Fluxos de Caixa	Saldo Inicial	155.528.756	165.007.161
	Atividades Operacionais	24.122.906	1.002.284
	Atividades de Investimento	- 8.259.921	- 10.480.689
	Atividades de Financiamento	-	-
	Subtotal	171.391.741	155.528.756
<i>Demonstrativo</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>30/06/2024</i>	<i>31/12/2023</i>
Caixa e Equivalentes de Caixa	Caixa	170.519.993	154.700.668
	Bancos	871.748	828.088
	Subtotal	171.391.741	155.528.756

Fonte: Siafi

BALANÇO FINANCEIRO

9 – Resultado Financeiro

O Balanço Financeiro (BF) evidencia a movimentação financeira do MTE e possibilita a apuração do Resultado Financeiro do Exercício. Este resultado é um indicador de equilíbrio financeiro (e não de desempenho) e é apurado, entre outras formas, pelo confronto do saldo financeiro para o exercício seguinte e o saldo do exercício anterior.

<i>Resultado Financeiro</i>	<i>30/06/2024</i>	<i>30/06/2023</i>	<i>AH%</i>
Receita Orçamentária	393.102.924	82.921	473971%
Despesa Orçamentária	- 1.351.266.937	- 2.391.559.743	-43%
Resultado Orçamentário	- 958.164.013	- 2.391.476.823	-60%
Transferências Financeiras Recebidas	52.048.599.942	138.414.084.220	-62%
Transferências Financeiras Concedidas	- 51.407.269.277	- 136.933.594.310	-62%
Transferências Financeiras Líquidas	641.330.665	1.480.489.910	-57%
Recebimentos Extraorçamentários	510.161.074	1.527.240.686	-67%
Pagamentos Extraorçamentários	- 177.464.741	- 560.733.380	-68%
Resultado Extraorçamentários	332.696.333	966.507.307	-66%
Resultado Financeiro do Exercício	15.862.985	55.520.394	-71%
Geração Líquida de Caixa	15.862.985	55.520.394	-71%

Fonte: Siafi

9.1 Receitas e Despesas Orçamentárias

A variação nas despesas orçamentárias decorre do pagamento de despesas com a Previdência Social e Trabalho.

9.2 Transferências Financeiras – Recebidas e Concedidas

A variação observada nesse grupo decorre dos valores das Transferências e Delegações relacionadas majoritariamente as movimentações financeiras efetuadas entre Unidades Gestoras do MTE e Órgão, para maiores detalhes vide Nota 8.5 - Demonstração das Variações Patrimoniais – Ajustada.

9.3 Pagamentos e Recebimentos Extraorçamentários

A variação observada nesse grupo decorre do aumento da inscrição de restos a pagar e dos pagamentos referentes a restos a pagar.

10 – PASSIVOS CONTINGENTES

Segundo o MCASP (Manual de contabilidade aplicada ao Setor Público) no item 17.1. Define que:

- Passivo Contingente é uma obrigação possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou
- b. Uma obrigação presente resultante de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
- É improvável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para a extinção da obrigação; ou
 - Não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Foi criada pela Portaria DAL nº 16 de 26 de abril de 2019 a força tarefa designada ao acompanhamento do contrato firmado entre a DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência, que presta serviços especializados de solução de tecnologia de informação e Comunicação (TIC), relativos a sistemas informatizados para operacionalização de ações de Amparo ao Trabalhador (FAT) que dizem respeito ao programa de Seguro desemprego, abono salarial, sistemas de identificação Profissional (SIP), programas de educação profissional e tecnológica, programas de geração de emprego e renda e gestão do próprio fundo.

Em resultado deste trabalho evidenciaram-se, à época, obrigações relativas a esta contratação, apresentando-se valores diversos, controversos, àqueles sobre os quais resta discordância, através da análise da cobrança de determinados títulos em aberto, e encargos com a empresa DATAPREV. Na ocasião, foram evidenciados existentes saldos de obrigações irresolutas, e desde a cisão ocorrida no início de 2021 com o extinto Ministério da Economia, perdura o desenlace da mensuração do montante, cuja incerteza até a publicação deste, impossibilita o registro e/ou a divulgação das possíveis obrigações contingentes nas contas de controle deste Ministério do Trabalho e Emprego.

De acordo ainda com o Pronunciamento Técnico CPC 25, visto que se trata de uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência de eventos futuros incertos, com provável possibilidade de saída de recursos, cujo passivo não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade, e que existe a capacidade de estimativa de valor atualizado, classificou-se o mesmo como passivo contingente na forma de evidenciação na presente nota explicativa.